Revista Ciências Sociais em Perspectiva – v. 21, n. 41 – 2º Sem. 2022

Mainstream Econômico: O Monopólio Epistemológico da Economia Neoclássica e a Ideologia da "Verdade Única"

REMO MOREIRA BRITO BASTOS e EDUARDO GIRÃO SANTIAGO*

Resumo: O objetivo do presente artigo consiste em examinar, à luz da Sociologia Econômica, a persistente hegemonia midiática, acadêmica e cultural do paradigma neoclássico da ciência econômica, em detrimento da pluralidade de concepções teóricas e metodológicas que poderiam fazer parte do rol de opções a serem analisadas e avaliadas pelas sociedades contemporâneas com vistas a enfrentar seus problemas sociais, econômicos e ambientais. No que respeita à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, fazendo-se uso de pesquisa bibliográfica e documental. A título de conclusão, aferiu-se que a economia neoclássica, com a sua modelagem econométrica, tem servido preferencialmente para fundamentar o receituário neoliberal que rege as políticas econômicas da maioria dos países, razão pela qual é perceptível a insatisfação crescente em universidades, institutos de pesquisas e até em instituições internacionais de desenvolvimento em relação ao credo ortodoxo e ao estéril formalismo neoclássico.

Palavras-chave: Economia neoclássica. Ideologia. Monopólio epistemológico. Neoliberalismo.

Economic Mainstream: The Epistemological Monopoly of Neo-Classic Economy and the Ideology of the "Unique Truth"

Abstract: The objective of this article is to examine, in the light of Economic Sociology, the persistent mediatic, academic and cultural hegemony of the neoclassical paradigm of economics, to the detriment of the plurality of theoretical and methodological concepts that could be part of the list of options to be analyzed and evaluated by contemporary societies in order to face their social, economic and environmental problems. With regard to methodology, a qualitative

*Remo Moreira Brito Bastos é doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e analista de gestão e infraestrutura no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Eduardo Girão Santiago é doutor em sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

Endereço: remomoreira@gmail.com e egiraosantiago@gmail.com

DOI: 10.48075/revistacsp.v21i41.30405

approach was adopted, making use of bibliographical and documental research. By way of conclusion, it was verified that neoclassical economics, with its econometric modeling, has preferably served to base the neoliberal prescriptions that governs the economic policies of most countries, which can be evidenced by the growing dissatisfaction in universities, institutes of research and even in international development institutions in relation to the orthodox creed and the sterile neoclassical formalism.

Keywords: neoclassical economics; ideology; epistemological monopoly; neoliberalism.

Recebido em: 06/01/2023 – **Aprovação**: 02/02/2023

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, buscar-se-á a apreensão das raízes fundamentais da persistente hegemonia midiática, acadêmica e cultural do paradigma teórico neoclássico da ciência econômica, responsável pela sustentação e justificação do *Consenso de Washington*[2].

Este construto ideológico, o qual, a despeito do rastro de destruição econômica, social e ambiental que tem promovido em todo o planeta nos últimos quarenta anos, especialmente nos países em que é imposto pela macroestrutura global de poder econômico e político que loteou o planeta[3], segue imperturbável como dogma inquestionável a balizar a reprodução social na esmagadora maioria das sociedades contemporâneas, subordinando todos os aspectos da vida humana, do equilíbrio ambiental e de qualquer outra dimensão fundamental da sociedade à busca desenfreada de lucro e poder.

Com efeito, qualquer análise sociológica minimamente acurada das abissais desigualdades sociais e econômicas existentes hoje, em quase todo o mundo capitalista, bem como da imposição férrea de um programa econômico pautado na austeridade cuja *raison d'étre* é o disciplinamento da força de trabalho e o empobrecimento em massa da coletividade, constata que dificilmente esse massacre de uma classe social sobre outra poderia ser

[2] Expressão originada dos entendimentos conclusivos de um encontro ocorrido em novembro de 1989 em Washington, Estados Unidos, no qual funcionários do governo desse país e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de um seleto grupo de economistas latino-americanos – reuniram-se para proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas em seus países. A síntese programática das medidas de políticas recomendadas encontra-se em Williamson (1990), a saber: Disciplina fiscal, Redução dos gastos públicos, Reforma tributária, Juros de mercado, Câmbio de mercado, Abertura comercial, Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, Privatização das empresas estatais, Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e Proteção à propriedade intelectual.

[3] Consoante definimos em trabalho anterior (BASTOS, 2017), trata-se do complexo composto por gigantescos oligopólios empresariais (finança incluída) transnacionais, com o suporte das organizações multilaterais do sistema institucional capitalista internacional (Banco Mundial e FMI, dentre outras), dos *think tanks* empresariais, dos complexos educacionais privados e dos grandes veículos de mídia, todos graciosamente financiados pelas grandes corporações empresariais globais, com vistas à manutenção da hegemonia global do ideário neoliberal.

sustentado sem um aparato justificatório e legitimador. Sem a imprensa hegemônica (de forma clara: empresarial), sem lobistas e sem *think tanks*, esses programas que vários governos impuseram seriam politicamente impossíveis, pois os níveis atuais de desigualdade seriam considerados intoleráveis. Não à toa, a neo-oligarquia que controla a mencionada macroestrutura global de poder tem investido pesadamente na infraestrutura de persuasão, aumentando enormemente a concentração de veículos de mídia, com vistas a capturar as melhores mentes que o dinheiro pode comprar para produzir argumentos brilhantes e persuasivos em defesa dessa plutocracia (SUAREZ-VILLA, 2014).

Destarte, o objetivo específico do presente artigo consiste em elucidar as estruturas de poder econômico e político que impõem esse complexo ideológico, em detrimento da pluralidade de concepções teóricas que poderiam fazer parte do rol de opções a serem analisadas e avaliadas pelas sociedades contemporâneas com vistas a enfrentar seus problemas sociais, econômicos e ambientais. Quanto à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, fazendo-se uso de pesquisa bibliográfica e documental.

Como resultado principal, apurou-se que mesmo quando uma corrente teórica econômica, como a neoclássica, desfruta da hegemonia em seu campo acadêmico, os estudantes devem ter o direito de conhecer outras perspectivas, notadamente pelo fato de que a dinâmica histórica, social e política causa mudanças estruturais suscetíveis de serem mais bem apreendidas por outras teorias e outras metodologias. Essa é a abordagem que é adotada nas demais ciências sociais quando uma teoria específica é considerada dominante, e não vislumbramos um impedimento para que seja também adotada nos departamentos de economia das universidades em qualquer lugar do mundo.

2 A IDEOLOGIA DA “VERDADE ÚNICA” EMANADA DO *MAINSTREAM* ECONÔMICO

A mídia será o primeiro aparelho ideológico a ser abordado, na presente seção, como instrumento a ser utilizado pela macroestrutura global de poder econômico e político no intuito de racionalizar o *status quo* e suprimir os espaços de infusão e difusão de consciência crítica, e rigidamente controlada, direta ou indiretamente, pela referida macroestrutura.

Este complexo comunicacional abrange oligopólios globais e nacionais de televisão, internet, revistas e jornais (alimentados por monopólios de agências internacionais de notícias) e age como vigilante e zeloso “cão de guarda” na proteção dos interesses daquela minúscula

plutocracia. Para isso, esmera-se na desqualificação e obstrução das vozes dissonantes que possam causar qualquer embaraço ao poder empresarial, frequentemente estigmatizadas como retrógradas, "radicais", inimigas do mercado, da liberdade, da democracia, garantindo, dessa forma, o férreo controle social, político e econômico em prol da neo-oligarquia que colonizou o planeta nas últimas décadas (SCHUTZ, 2001; SUAREZ-VILLA, 2014).

Veiculando, no caso das emissoras de televisão, uma grade de programação fortemente estruturada em torno de entretenimento, trivialidades, futilidades ou consumismo exacerbado, na qual as injustiças sociais contemporâneas mais flagrantes são cuidadosa e sistematicamente ofuscadas, silenciadas e refuncionalizadas ou, no caso de jornais, revistas ou portais de internet, uma pauta editorial ferreamente conservadora e infensa a qualquer mínima manifestação de anuência a forças opositoras dos interesses corporativos, tais aparelhos exercem um implacável controle ideológico sobre as sociedades que deles deveriam receber informações de relevância social e suscetíveis de fomentar o debate consistente e esclarecido sobre seus problemas e questões como coletividade (SUAREZ-VILLA, 2014).

Com efeito, há que se reconhecer que as próprias determinações estruturais do modo de produção capitalista determinam os objetivos e o *modus operandi* de sua atuação, já que, como empresas, os veículos de mídia dificilmente poderiam ter autonomia para veicular matérias que desagradassem seus proprietários ou anunciantes, mesmo que tais matérias fossem relevantes para o interesse público.

Discorrendo sobre a preparação profissional dos jornalistas nos Estados Unidos, Parenti (1993) detecta, naqueles cursos de graduação, uma desalentadora acriticidade, observando que a maioria dos jornalistas é educada em uma visão de mundo que apoia inquestionavelmente o *establishment*, os quais, escudados na desculpa da "objetividade" e do "profissionalismo", passam por um curso de graduação inteiro sem levantar questões críticas sobre as forças econômicas e políticas que estruturam e dominam as sociedades contemporâneas.

Entende-se, portanto, a abordagem superficial e ideológica dos jornalistas que cobrem economia como calcada em uma insípida base teórica que não somente não informa, mas que, no limite, desinforma e deseduca a coletividade, ao repetir *ad nauseam* chavões e mitos há décadas superados pela pesquisa teórica econômica consistente, atualizada e conectada com a efetiva realidade[4].

[4] A título de exemplo, Santiago (2017) ressaltou o fato de que o jornalista William Haack, então âncora do programa Painel, da Rede Globo, em um dos debates referiu-se desdenhosamente à integração bolivariana da América do Sul como sendo uma "aliança brucutu-nacionalista".

Por terem sido formados e socializados em cursos de graduação com tal perfil, os jornalistas internalizam espontaneamente a visão de mundo de seus empregadores e anunciantes como a única com legitimidade técnica, política e social para balizar o funcionamento da sociedade. Essa congruência ideológica sacraliza uma única forma e um único regime de governo, um único sistema socioeconômico e uma única política econômica como a consolidação final da experiência da raça humana sobre o planeta Terra (por mais social e ambientalmente desastrosos que tenham se mostrado todos esses modelos), fazendo coro com Fukuyama (1989) e com Margaret Thatcher[5]. Todavia, por mais imprescindível que seja o papel dos meios de comunicação social no controle ideológico das sociedades contemporâneas, é no complexo educacional que são plantadas e cuidadosamente regadas as sementes do ideário neoliberal.

Nos Estados Unidos, a captura das universidades com vistas à imposição dessa ideologia remonta ao final dos anos 1970, e transformou essas instituições de ensino em plataformas de difusão e legitimação dos interesses corporativos e do mercado financeiro (*Wall Street*). Os departamentos dos cursos de economia e administração, por exemplo, funcionam majoritariamente como centros de treinamento empresarial, muitas vezes explícita e despudoradamente vinculados ao Departamento de Recursos Humanos de grandes corporações.

Não fica difícil perceber que o objetivo principal dessas instituições educacionais passa longe de qualquer perspectiva crítica que procure analisar os negócios e as estruturas de poder do mundo empresarial, do ponto de vista das contribuições que este poderia prover para uma sociedade mais social e economicamente equânime e para um meio ambiente mais saudável. Longe disso: elas, na verdade, funcionam como meros centros de treinamento, fornecendo o que os negócios precisam em termos de capacitação de pessoal – cursos de gestão, de consultoria – e de legitimação, promovendo a defesa política e social dos interesses empresariais na sociedade. Chossudovsky (1999, p. 34, grifou-se) corrobora essa perspectiva:

> Desde o início da década de 1980, o discurso econômico dominante tem aumentado sua influência nas instituições de pesquisa em todo o mundo: a análise crítica é fortemente desestimulada; a realidade econômica deve ser vista através de *um único conjunto de relações econômicas fictícias*, cuja finalidade é dissimular as

[5] Em 1989, Francis Fukuyama, economista, cientista político e um dos principais assessores intelectuais de Ronald Reagan, publicou o artigo intitulado “O fim da história?”, no qual argumentava que o predomínio em todo o planeta das democracias liberais e do capitalismo possivelmente sinalizaria o fim da evolução sociocultural da humanidade. Com relação à ex-primeira-ministra inglesa, marcou época o acrônimo T.I.N.A. (representando o *slogan* “*There is no alternative*”), com o qual verbalizava sua insistência em obstaculizar e desqualificar qualquer alternativa ao neoliberalismo.

> manifestações do sistema econômico global [e real]. Estudiosos das principais correntes econômicas produzem teoria sem fatos ('teoria pura') e fatos sem teoria ('economia aplicada'). O dogma econômico dominante não admite nem divergência nem discussão sobre o seu paradigma teórico básico: a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam *incapazes* de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global.

Todavia, nem sempre foi assim. Chris Giles, editor de economia do *Financial Times*, pontua que houve um tempo em que qualquer estudante de economia que se prezava podia distinguir entre o pensamento neokeynesiano, o novo keynesiano e o pós-keynesiano, acrescentando:

> [...] Eles escreveriam ensaios sobre a diferença entre as políticas marxista e monetarista; e eles teriam que saber como os economistas clássicos, como Adam Smith, influenciaram a escola neoclássica e como a nova economia clássica se desenvolveu posteriormente nos anos 1970. O ensino de economia tratava de compreender a maneira como o mundo funcionava; como a disciplina mudou; e como tornar o mundo um lugar melhor. (Earle *et al.*, 2016, p. 126)[6].

Esse sentimento é compartilhado por inúmeros economistas importantes, de prestígio mundial. Martin Wolf, também do *Financial Times*, assinala que sua graduação era menos técnica e dogmática e que lhe permitia explorar ideias, chegando a revelar que, se ele fosse um jovem pré-universitário hoje, ele não buscaria uma graduação em economia.

Com efeito, o que houve nos Departamentos de Economia da maioria das universidades ocidentais, a partir da década de 1980, foi uma "limpeza", na qual foram sistematicamente afastados e preteridos os economistas não adeptos da corrente hegemônica, a saber, a neoclássica, que passaram a ser considerados *outsiders*, sendo preteridos não somente no recrutamento para ministrar disciplinas, mas também na publicação de artigos em revistas científicas, com seus trabalhos deixando de receber citações nas publicações mais relevantes, dominadas pela corrente neoclássica.

Isso ocorria principalmente porque as universidades perceberam que, para obter altas classificações em *rankings* governamentais ou internacionais que balizavam a distribuição de verbas ou outros auxílios, precisavam contratar e promover economistas que publicaram ou iriam publicar nas revistas de economia neoclássica mais bem classificadas, principalmente estadunidenses. Earle *et al.* (2016, p. 129-30, grifou-se) explicam:

> Os departamentos ficaram sob pressão crescente da alta administração para garantir financiamento e subir nas tabelas de classificação, e isso levou à reconceituação do

[6] Todas as traduções do presente trabalho foram feitas por seus autores, inclusive gráficos, quadros ou figuras.

> acadêmico como um agente econômico ou ‘unidade de recurso’, que deveria ser maximizado para proporcionar financiamento e prestígio à universidade. Por essa lente, faz sentido contratar apenas economistas neoclássicos do *mainstream*. Já em 1994, a Universidade de Manchester estava [desavergonhadamente] recrutando no jornal *Guardian especificamente* ‘economistas do *mainstream*’ que poderiam ajudar a impulsionar sua posição no referido *ranking*.

Como resultado, a liberdade acadêmica, que era definida como “liberdade para questionar e testar o conhecimento recebido, bem como para apresentar novas ideias e opiniões polêmicas ou impopulares”, deixa de existir, pois o acadêmico que desejar ser contratado ou promovido é efetivamente forçado a seguir a perspectiva neoclássica, para ter espaço nesse tipo de institucionalidade acadêmica. Isso naturalmente envia sinais claros aos graduandos em economia do mundo ocidental de qual tipo de pesquisa econômica eles precisam produzir para ter sucesso, como bem pontua Blaug (2002, p. 44-45):

> A economia no mundo ocidental é dominada pela economia estadunidense e a economia estadunidense é dominada pelos 400-500 novos doutores (PhDs) em economia que a cada ano procuram emprego em 3.000 instituições estadunidenses de ensino superior; a forma de obter emprego e garantir a promoção, uma vez empregado, é publicar em um dos cerca de 300 periódicos acadêmicos [com avaliação de artigos feita por pares] de economia em língua inglesa e, de preferência, em cerca de uma dúzia de periódicos renomados. O que quer que possamos dizer contra a modelagem de fenômenos econômicos expressa matematicamente e dominada pela técnica, permanece o fato de que os trabalhos escritos nesta forma são mais fáceis de produzir, uma vez que a fórmula foi aprendida, embora os custos do investimento inicial para adquirir a técnica sejam altos, e certamente mais fáceis de avaliar e julgar do que aqueles escritos em palavras e diagramas. Com 300 periódicos publicados semestralmente ou trimestralmente, algo como 4.000-5.000 artigos em economia são publicados todos os anos, os quais são avaliados por talvez 300 acadêmicos nas principais universidades estadunidenses, cujos alunos se tornarão os revisores de artigos na próxima geração, artigos que, é claro, se parecerão muito com os artigos que eles próprios estão escrevendo e publicando. Em outras palavras, já criamos um verdadeiro moinho profissional com um ímpeto embutido que se alimenta continuamente da pressão para publicar em periódicos de prestígio a fim de obter emprego em instituições de prestígio cujos salários anuais são mais ou menos o dobro dos ganhos na ‘Sibéria’ acadêmica. Inverter essa locomotiva é pedir aos indivíduos no início de sua carreira profissional que ignorem a moda dominante de artigos de economia e, em vez disso, escrevam algo fora de moda, como ‘O mercado de 'limões'’, de George Akerlof (um artigo que foi recusado três vezes e levou quatro anos para finalmente chegar à publicação), ou como ‘Tecnologias concorrentes, retornos crescentes e aprisionamento por eventos históricos’, de Brian Arthur (um artigo que foi recusado três vezes e aceito apenas após quatorze reescritas, todo o processo tendo levado seis anos) (Shepherd, 1995). Podemos realmente acreditar que isso provavelmente acontecerá em uma escala significativa o suficiente para inclinar a balança?

Contudo, esse monopólio epistemológico da corrente neoclássica já vem incomodando as mentes críticas e criativas da disciplina há mais de cinco décadas. A Universidade de Sydney, na Austrália, foi uma das primeiras instituições de ensino superior no mundo a

rechaçar esse monopólio. Percebendo a estreiteza da árida abordagem neoclássica, seus alunos e professores conseguiram, após mais de 35 anos de renhidos embates com os catedráticos adeptos da corrente conservadora, abrir em 2008 um Departamento de Economia Política, que ainda hoje existe (Butler *et al.*, 2009).

Em 1992, a prestigiosa *American Economic Review* publica, em sua edição de maio, uma carta aberta assinada por 44 importantes economistas (dentre eles, quatro ganhadores do "Prêmio Nobel"[7], dentre os quais, Paul Samuelson e Robert Solow), exigindo uma formação em economia mais ampla e plural. Segue a íntegra do texto, intitulado "Apelo por uma economia pluralística e rigorosa"[8]:

> Nós, os abaixo assinados, estamos preocupados com a ameaça à ciência econômica representada pelo monopólio intelectual. Os economistas hoje impõem um monopólio de método ou pressupostos fundamentais muitas vezes defendido sem nenhuma base melhor do que o que constitui o 'mainstream'. Os economistas defendem a livre concorrência, mas não a praticam no mercado de ideias. Consequentemente, conclamamos um novo espírito de pluralismo na economia, envolvendo diálogo crítico e comunicação tolerante entre diferentes abordagens. Esse pluralismo não deve prejudicar os padrões de rigor; uma economia que se obriga a enfrentar todas as discussões será uma ciência mais, não menos, rigorosa. Acreditamos que o novo pluralismo deve se refletir no caráter do debate científico, na gama de contribuições em seus periódicos e na formação e contratação de economistas. (Hodgson *et al.*, 1992, p. 25).

Tratando-se de iniciativa discente, os pioneiros a se rebelarem contra o monopólio em questão foram os alunos do curso de economia da universidade francesa École Normale Supérieure, que, em 2000, lançaram uma petição em favor do pluralismo econômico naquela instituição, o que constitui, naquele país[9], a primeira tentativa organizada por estudantes de articular as falhas em sua educação e de denunciar a lacuna entre as expectativas dos alunos de economia e a realidade que encontram em suas salas de aula. Segue trecho parcial da

[7] Reproduzimos nota de um de nossos trabalhos anteriores, em que esclarecemos a origem do suposto "Prêmio Nobel de Economia", na verdade uma criação espúria com fins ideológicos, como ficará claro a seguir: "O chamado 'Prêmio Nobel de Economia', para surpresa de muitos, na verdade, não existe. Trata-se, na realidade, de um prêmio instituído pelo Banco Central da Suécia em 1968, mais de setenta anos após a morte de Alfred Nobel, o patrocinador do verdadeiro Prêmio Nobel, que em seu testamento deixou explicitamente listadas as áreas que deveriam ser agraciadas com a comenda, a saber, Paz, Medicina, Literatura, Física e Química. O prêmio bastardo, cujo verdadeiro nome é 'Prêmio de Ciências Econômicas do Sveriges Riksbank em Memória de Alfred Nobel', tem sido, desde sua criação, alvo de grande controvérsia, e mesmo repelido pelos descendentes do próprio Alfred Nobel, dentre os quais seu sobrinho, Peter Nobel (Levine, 2012). Com efeito, uma abordagem analítica rigorosa e crítica do perfil intelectual dos laureados desvela o papel ideológico desempenhado pela referida premiação. Tendo sido destinado de forma esmagadora a economistas do *mainstream* econômico, desde sua implantação, a honraria cumpre o papel de legitimação do ideário neoclássico, em um esforço com vistas a dotar a própria ciência econômica de uma áurea 'exata', a qual, certamente, pelo seu caráter social, nunca poderia ser considerada como tal" (Bastos, 2017, p. 143). Para aprofundamento, reportar-se a Offer e Söderberg (2016).

[8] "Plea for a Pluralistic and Rigorous Economics".

[9] Pelo que os autores do presente trabalho apuraram, tal pioneirismo se estende a todo o mundo acadêmico ocidental.

petição, o qual se optou por reproduzir, inobstante sua relativa extensão, tendo em vista sua relevância histórica, sua contundência e sua pertinência:

> Nós, estudantes de economia do mundo inteiro, declaramo-nos geralmente insatisfeitos com o ensino que recebemos. Isso ocorre pelos seguintes motivos: 1. Queremos escapar de mundos imaginários! A maioria de nós optou por estudar economia para adquirir uma compreensão profunda dos fenômenos econômicos com os quais os cidadãos de hoje são confrontados. Mas o ensino que é oferecido, ou seja, em sua maior parte a teoria neoclássica ou abordagens dela derivadas, geralmente não atende a essa expectativa. [...] O lado empírico (fatos históricos, funcionamento das instituições, estudo dos comportamentos e estratégias dos agentes ...) é quase inexistente. Além disso, essa lacuna no ensino, esse desprezo pelas realidades concretas, coloca um enorme problema para aqueles que desejam se tornar úteis aos atores econômicos e sociais. 2. Nós nos opomos ao uso descontrolado da matemática! O uso instrumental da matemática parece necessário. Mas o recurso à formalização matemática, quando não é um instrumento, mas antes um fim em si mesmo, conduz a uma verdadeira esquizofrenia em relação ao mundo real. A formalização facilita a construção de exercícios e a manipulação de modelos cujo significado se limita a encontrar 'o bom resultado' (isto é, o resultado lógico decorrente das hipóteses iniciais) para poder escrever 'um bom artigo'. Esse costume, sob o pretexto de ser científico, facilita a avaliação e a seleção, mas nunca responde à pergunta que colocamos em relação aos debates econômicos contemporâneos. 3. Somos a favor de um pluralismo de abordagens em economia! Muitas vezes, as palestras não deixam espaço para reflexão. De todas as abordagens de questões econômicas que existem, geralmente apenas uma nos é apresentada. Esta abordagem deve explicar tudo por meio de um processo puramente axiomático, como se esta fosse a verdade econômica. Não aceitamos este dogmatismo. Queremos um pluralismo de abordagens, adaptado à complexidade dos objetos e à incerteza que cerca a maioria das grandes questões da economia [...]. 4. Chamada aos professores: acordem antes que seja tarde demais! Reconhecemos que nossos professores estão sujeitos a algumas restrições. No entanto, apelamos a todos aqueles que entendem nossas reivindicações e desejam uma mudança. Se uma reforma séria não ocorrer rapidamente, é grande o risco de que os estudantes de economia, cujo número já está diminuindo, abandonem o campo em massa, não porque tenham perdido o interesse, mas porque foram isolados da realidade e dos debates do mundo contemporâneo. [...] Não pedimos o impossível, mas apenas que o bom senso prevaleça. Esperamos, portanto, ser ouvidos em breve. (Open..., 2000, p. 1).

O clamor discente há pouco apresentado parece ter encontrado eco no texto de Celso Furtado, intitulado "Desafios da nova geração", apresentado na Conferência Internacional da Rede Celso Furtado (2004), senão vejamos:

> Hoje, se faz muito economia quantitativa. Há uma infinidade de artigos e ensaios sobre economia que são pura matemática. Mas, por outro lado, ainda há muitos economistas que acreditam que o método histórico é mais importante. Sem o enfoque histórico não se chega a compreender o processo social. A reação dos Estados Unidos contra a macroeconomia foi enorme. Eles só aceitavam pensar a realidade econômica a partir da microeconomia [...]. Os americanos estão destruindo a economia como forma de entender a vida social. Ora, a economia é uma ciência social, com todas as suas limitações, ou então será álgebra. (Santiago, 2005, p. 169).

Em 2012, o próprio Banco da Inglaterra realizou uma conferência intitulada *Are Economics Graduates Fit for Purpose*, que contou com a participação de acadêmicos de economia de todo o mundo para discutir o currículo adotado nos cursos de graduação em economia e se eles ainda preparavam adequadamente os alunos com as habilidades necessárias para serem economistas eficazes. Ao final do encontro, o consenso foi de que o ensino de graduação poderia ser melhorado (Chakrabortty, 2017).

Em 2015, a Associação Francesa de Economia Política publicou em sua página na internet um manifesto (Favereau e Orléan, 2015) denunciando aos órgãos do governo a marginalização que era infligida aos economistas heterodoxos, fossem eles pós-keynesianos, institucionalistas, marxistas ou vinculados a qualquer corrente econômica que não comungasse do pensamento único imposto pelo *mainstream* econômico vigente.

> No documento, aquela organização revela que dos 120 professores nomeados entre 2005 e 2011, apenas 6 eram afiliados àquelas escolas de pensamento econômico. No início de dezembro de 2014 o Ministério da Educação, mostrando-se sensível às advertências daqueles acadêmicos sobre o risco que corria um nível mínimo de pluralismo intelectual no ensino universitário e na pesquisa em economia naquele país, anuncia uma reforma com vistas a corrigir as distorções denunciadas. Contudo, cerca de apenas um mês depois, em 15 de janeiro do ano seguinte, em uma 'misteriosa' reviravolta, um porta-voz daquele ministério anuncia o cancelamento da mencionada reorganização. (Bastos, 2017, p. 50).

Rebelando-se contra o monolitismo, a aridez e a esterilidade de sua formação acadêmica, um grupo de jovens estudantes de economia da Universidade de Manchester, na Inglaterra, dá início a uma reação que, surpreendendo os próprios discentes, assumiu proporções inimagináveis para aquele seleto grupo de alunos e hoje se estrutura em uma rede internacional de movimentos em prol da pluralidade de perspectivas teóricas no ensino acadêmico de economia, com presença em dezenas de países[10].

A próxima seção aborda a fundamentação econômica, sociológica e histórica da denúncia dos mencionados jovens, consubstanciada em uma obra cujo impacto global tem abalado o *establishment* acadêmico dos Departamentos de Economia das universidades em inúmeros países.

[10] *Rethinking Economics* (http://www.rethinkeconomics.org/), *Post-Crash Economics Society* (http://www.post-crasheconomics.com/) e *Cambridge Society for Economic Pluralism* (http://www.cambridgepluralism.org/) são algumas das organizações mais atuantes na referida rede.

3. O MONOPÓLIO EPISTEMOLÓGICO DA CORRENTE NEOCLÁSSICA: "FAÇA O QUE EU DIGO, E NÃO O QUE EU FAÇO"[11]

> **econocracia** (e-co-no-cra-cia) n. Uma sociedade na qual os objetivos políticos são definidos em termos de seus efeitos sobre a economia, que se acredita ser um sistema separado, com uma lógica própria, que requer especialistas para gerenciá-lo. [...]
> Eles não te contaram? O ensino de economia não é sobre economia. (Earle *et al.*, 2016, p. 29; 57, grifou-se).

Em 2013, enquanto o sistema financeiro mundial ainda agonizava com os paralisantes efeitos da Crise de 2008, um pequeno grupo de jovens estudantes que havia ingressado dois anos antes no curso de graduação em economia na Universidade de Manchester rebelou-se contra a dissonância entre a teoria a que estavam tendo acesso e a realidade econômica que explodia no mundo concreto: a catastrófica situação econômica dos países da periferia europeia, a imposição de cortes em orçamentos nas maiores economias do mundo ocidental e a preocupante estagnação que assolava a economia global eram olimpicamente ignoradas pela totalidade de seus professores e pela própria estrutura curricular do curso, como ficou claro para eles quando da conclusão de sua graduação.

> Enquanto memorizávamos e regurgitávamos modelos econômicos abstratos para exames de múltipla escolha, a crise da zona do euro estava no auge, com a Grécia e a Itália à beira do desastre. Isso não era mencionado em nossas aulas e o que estávamos aprendendo não parecia ter qualquer relevância para sua compreensão. *O elefante na sala era difícil de ignorar*. (Earle *et al.*, 2016, p. 24, grifou-se).

A frustração do grupo com a irrelevância do ensino que lhe era ministrado o levou a iniciar uma campanha pela reformulação do currículo do curso de economia nas universidades inglesas, e logo seus membros descobriram que não estavam sozinhos: os protestos se espalharam para faculdades de economia em todo o mundo, dentre as quais, as localizadas na Escócia, na Turquia, na Índia (Chakrabortty, 2017), bem como em países como Argentina, Áustria, Dinamarca, Canadá, França, Alemanha, Israel, Itália, Holanda, Espanha, Estados Unidos e Uganda, dentre outros (International Student Initiative for Pluralism in Economics, 2016). Na pena dos próprios estudantes:

[11] A argumentação da presente seção contou com o valoroso aporte de Earle *et al.* (2016). O título da seção remete à incoerência que se observa entre o entendimento da corrente neoclássica sobre o *monopólio* como uma "falha de mercado", portanto aos seus olhos indesejável e gerador de distorções no decantado equilíbrio, e a prática acadêmica *monopolista* daquela corrente, que procura obstaculizar, nas instituições de ensino superior onde é hegemônica, os trabalhos de acadêmicos vinculados a outras perspectivas teóricas e metodológicas.

> Essas aspirações desvanecem rapidamente. Os alunos que estão começando uma graduação em economia podem ser perdoados por pensar que foram transportados para uma realidade alternativa. O desejo de aprender sobre a sociedade, expresso por Maeve e muitos outros estudantes de economia, deve ser suprimido, pois eles são confrontados com uma série de conceitos e ideias abstratas que parecem ter pouco a ver com a economia real. Os alunos podem se perguntar por que é necessário separar o estudo da economia da realidade dessa forma, mas eles terão que aprender a habitar esse universo paralelo se quiserem ter esperança de passar nas avaliações. [...] Para os alunos que desejavam compreender o mundo e até moldá-lo, ser transportado para essa realidade alternativa é um grande choque. Em nossos estudos, agarrávamo-nos à crença de que estávamos aprendendo uma estrutura que poderíamos começar a aplicar ao mundo real no próximo curso ou no próximo ano. Foi só na metade do nosso curso que percebemos que poderíamos estar esperando em vão. Essa foi a centelha para criarmos a *Post-Crash Economics Society* e começarmos a fazer campanha pela reforma do currículo. Só mais tarde descobrimos que essa forma particular e limitada de pensar a economia era a abordagem ensinada na maioria das universidades em todo o mundo. (Earle *et al.*, 2016, p. 57-58).

Não demorou muito para, com base na rigorosa e primorosa pesquisa que realizaram[12] e em suas próprias experiências, aqueles estudantes tomarem consciência de que o monopólio daquela forma específica e circunscrita de economia e de que a forma como ela é ensinada equivalem a nada menos do que a definição que se encontra em qualquer dicionário do termo *doutrinação*. A fundamentação dessa descoberta sustenta-se em duas constatações, que serão evidenciadas no decorrer da presente seção. A primeira é de que os estudantes de economia aprendem *apenas um tipo especial e exclusivo de economia* e a segunda é de que eles são *obrigados a aceitar* esse tipo de ensino de economia de uma maneira resignada.

Dentre as consequências desta estreita e estéril preparação acadêmica, as mais óbvias são que às próximas gerações de graduados em economia são negados o conhecimento e as habilidades para construir sociedades saudáveis e dinâmicas, pois eles deixam as universidades com uma compreensão irrealista do que é economia e pouco ou nenhum conhecimento empírico de como ela funciona, aprendendo exclusivamente *uma* perspectiva teórica e epistemológica, como se não houvesse outras maneiras de estudar e analisar a economia. O pensamento crítico e independente é obstinadamente bloqueado, e são

[12] A pesquisa analisou os currículos de 174 módulos de economia em sete universidades do Russell Group, uma associação das 20 maiores universidades do Reino Unido, que recebe dois terços dos recursos públicos destinados à pesquisa naquele país: Cambridge University, University of Sheffield, Queen's University Belfast, University of Manchester, London School of Economics, University of Glasgow e University of Exeter. Foram abordadas 16 universidades, solicitadas a compartilhar seus programas de cursos e provas anteriores. A maioria recusou-se, e apenas Queen's University Belfast, Oxford e Cardiff aceitaram, mas as duas últimas não foram incluídas na pesquisa, uma vez que a aceitação se deu tarde demais. Com efeito, a maior parte do material obtido foi disponibilizada espontaneamente pelos alunos de algumas universidades que se recusaram a proceder de forma transparente, mesmo recebendo generosas verbas públicas para o seu mister. Até onde conseguimos apurar, uma revisão curricular com tal nível de rigor metodológico e detalhamento nunca foi realizada antes nos cursos de economia do Reino Unido.

ministradas poucas ou nenhuma disciplina nas áreas de história, ética, sociologia, filosofia ou política nesses cursos de graduação.

Os pesquisadores elencam, a seguir, alguns fatos e assuntos cujo conhecimento toda sociedade considera básico para um economista principiante dominar e até orientar os leigos na área, mas que infelizmente (e por que não dizer constrangedoramente) não são abordados nos cursos de economia por eles avaliados.

Quadro 1 – Fatos e assuntos básicos para um economista principiante

- O que instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial fazem e como elas são administradas;
- O que aconteceu durante os principais eventos da história econômica do século XX, como a Grande Depressão [em 1929], [o Acordo de] Bretton Woods [em 1944], a crise financeira do Leste Asiático [em 1997-1998] e o fim do padrão ouro [em 1971];
- Como empresas multinacionais como Apple e Glencore operam na prática;
- Os nomes de qualquer uma das 20 maiores empresas do mundo;
- O tamanho atual ou projetado e o formato da economia britânica medidos por indicadores econômicos como Produto Interno Bruto (PIB), tendências de salários reais [*real wage trends*], o coeficiente de Gini e os indicadores de pobreza, desemprego, balança comercial, inflação, déficit orçamentário do governo e dívida privada;
- Como essas estatísticas são medidas e seus pontos fortes e fracos.

Fonte: Earle *et al.* (2016, p. 80-81).

Portanto, não surpreende que a ciência econômica não consiga fornecer respostas minimamente satisfatórias para questões fundamentais, como, por exemplo, qual a melhor política econômica para o desenvolvimento de um país, quais as causas das recessões e quais as causas das crises financeiras. Precisamente por não conseguir suprir esta lacuna, a economia neoclássica não pode justificar a exclusão das demais perspectivas econômicas que abordam essas problemáticas lançando mão de um diferente ferramental teórico e metodológico.

Há que se atentar também para o fato de que, diversamente do que ocorre nas ciências conhecidas como exatas, em suas congêneres sociais (e a economia é uma delas, a despeito da animosidade que os acadêmicos neoclássicos nutrem pela dimensão social) a evidência empírica de um cenário não se aplica necessariamente a outro. Por isso mesmo, nenhuma teoria econômica pode ser considerada empiricamente robusta o suficiente para justificar o atual monopólio existente na ciência econômica.

As ciências, de maneira geral e em graus variados, dependem da abstração como recurso metodológico para os processos de construção, testagem e consolidação de suas

hipóteses teóricas. A economia opta por operar esses processos por meio de modelos matemáticos, os quais os adeptos da corrente neoclássica descrevem como dispositivos simples e inofensivos para isolar elementos de forma a possibilitar seu estudo.

O problema é que a forma como esses modelos são utilizados na economia neoclássica não é tão benigna como tais acadêmicos querem nos fazer crer. Nela, a abstração, de meio para se chegar à consolidação de uma teoria com comprovação factual e empírica, como nas demais ciências, transforma-se no próprio fim, totalmente alheia e infensa à realidade material e social[13].

O aluno aprende a utilizar modelos antes mesmo de saber o que é um e sua finalidade, e não lhes é ensinada a forma correta de escolher os diferentes modelos: em outras palavras, dele apenas se espera que resolva mecanicamente quebra-cabeças matemáticos sem pensar. Essa perspectiva metodológica forma economistas que veem a economia como uma ferramenta apta a fornecer, de maneira exata, respostas "certas" (e a evitar as "erradas"), consubstanciando uma das premissas fundamentais da *econocracia*.

Os alunos recebem tarefas e exercícios prescritos para aplicar modelos nos quais devem roboticamente resolver um problema, mas não a raciocinar sobre ele ou mesmo procurar elucidá-lo de forma crítica. Recompensam-se a regurgitação e o conformismo.

Blaug (2002) preocupa-se com o estado da ciência econômica contemporânea, salientando que ela se tornou cada vez mais um jogo intelectual jogado em seu próprio benefício e não por suas consequências práticas, tendo seus praticantes gradualmente a transformado em uma espécie de matemática social na qual o rigor analítico, conforme entendido nos Departamentos de Matemática, é tudo, e a relevância empírica é nada. Para esse economista, seria como se o tédio fosse o objetivo deliberado da publicação profissional; e arremata:

> Se um tópico não pode ser abordado por modelagem formal, ele é simplesmente enviado ao submundo intelectual. [...] A economia foi condenada há um século como a 'ciência sombria', mas a ciência sombria de ontem era muito menos sombria do que o escolasticismo soporífero de hoje. Para parafrasear o título de um popular musical britânico: 'No Reality, Please. Somos economistas'. (Blaug, 2002, p. 36)[14].

[13] "A grande tragédia da ciência: a destruição de uma linda hipótese por um fato feio" (Huxley, 2012, p. 240).

[14] Nem sempre foi assim. Blaug (2002, p. 36-37) nos informa que é a publicação em 1954 de um famoso artigo de Arrow e Gerard Debreu (laureados com o "Prêmio Nobel" de Economia) que marca o início do que desde então se tornou um crescimento canceroso no próprio centro da microeconomia, e explica: "Infelizmente, este artigo logo se tornou um modelo do que os economistas deveriam almejar como cientistas modernos. No processo, poucos leitores perceberam que Arrow e Debreu haviam de fato abandonado a visão que originalmente motivou Walras. Para Walras, a teoria do equilíbrio geral pretendia ser uma descrição abstrata, mas, não obstante, realista do funcionamento de uma economia capitalista, e ele estava, portanto, mais preocupado em mostrar que os mercados se compensarão automaticamente por meio de ajustes de preços em resposta ao excesso de demanda

Em contrapartida, ferramentas qualitativas, como questionários, entrevistas, estudos de caso, etnografias e análises documentais, são quase completamente ausentes dos currículos de economia. Enquanto os modelos matemáticos são projetados para serem operacionalizados por especialistas de forma hermética em suas “torres de marfim” acadêmicas, os métodos qualitativos exigem o envolvimento e a salutar interação do pesquisador com seu objeto de análise – seja o consumidor, a empresa, a instituição governamental ou o cidadão.

Percebe-se, assim, que os estudantes de economia das universidades que adotam a perspectiva neoclássica são iniciados na aura mitológica que eleva os economistas aos píncaros do Olimpo da assessoria governamental, por não precisarem se envolver com pessoas reais em seu processo pedagógico. Compreendem-se, dessa forma, os arroubos de arrogância dos tecnocratas formados com tal deficiência, em seu habitual descompromisso e desdém para com os problemas sociais e ecológicos que afligem contemporaneamente o planeta.

Dessa forma, dificilmente o estudante desses cursos de economia pode ao menos desconfiar da existência de outras maneiras de estudar essa ciência, seja por meio de diferentes métodos de construir modelos ou por meio de abordagens qualitativas. Seria como se os alunos devessem ser rápida e ferreamente iniciados na perspectiva neoclássica, de forma a protegê-los hermeticamente do mundo real e das correntes econômicas alternativas. As especificidades e o suposto contexto econômico de um modelo podem até mudar, mas a metodologia geral não.

Não surpreende, portanto, que os alunos que concluem o curso costumam acreditar que qualquer questão econômica deve necessariamente usar a economia neoclássica como ponto de partida. Earle *et al.* (2016, p. 81) salientam essa preocupante deficiência na formação dos economistas formados sob a perspectiva neoclássica, bem como os dilemas de consciência que lhes afligem:

> Uma consequência desse estado de coisas é que os alunos que sentem que há uma lacuna entre o que aprendem e o mundo real muitas vezes sofrem de síndrome do impostor. Quando somos questionados sobre o que causou a crise financeira, não podemos explicar usando o conhecimento de nossa graduação, exceto desenhando

---

positivo ou negativo – uma propriedade que ele chamou de ‘tˆatonnement’ – do que provar que um conjunto único de preços e quantidades é capaz de compensar todos os mercados simultaneamente. No momento em que chegamos a Arrow e Debreu, no entanto, a teoria do equilíbrio geral deixou de fazer qualquer afirmação descritiva sobre sistemas econômicos reais e tornou-se um aparato puramente formal sobre uma economia virtual; tornou-se [...] um modelo que pode ser escrito em quadros-negros usando termos econômicos como ‘preços’, ‘quantidades’, ‘fatores de produção’, etc., mas que, não obstante, é flagrante e até escandalosamente não representativo de qualquer sistema econômico reconhecível”.

> um gráfico ISLM, [o que é] uma fonte de profunda frustração para nós e muitos de nossos contemporâneos. Essa lacuna em nosso conhecimento foi flagrantemente ilustrada quando a *Post-Crash Economics Society (PCES)* promoveu uma conferência sobre o que havia acontecido durante a Crise Financeira de 2008. A seguir, um dos autores deste livro comentou com outro membro da *PCES*, que era estudante de sociologia, que a conferência havia sido esclarecedora. O estudante de sociologia respondeu que já havia tido palestras com semelhante grau de profundidade sobre a crise financeira em uma de suas aulas. Quando os alunos de sociologia sabem mais sobre crises financeiras do que os de economia, algo está errado – e não com a sociologia.

O cerne do questionamento levado a cabo no presente artigo, portanto, como já deve ter ficado claro pela exposição ora em curso, não se prende a nenhum julgamento de valor da corrente econômica neoclássica, mas aos obstáculos com os quais se deparam, no âmbito das instituições educacionais que adotam essa perspectiva acadêmica da economia, as outras correntes econômicas. Contudo, a ciência econômica é, com efeito, muito mais ampla e diversa do que a maioria dos estudantes e professores dos cursos de economia capturados pela corrente neoclássica possam imaginar.

Os quadros a seguir mostram, tendo em vista as limitações de escopo do presente trabalho, apenas oito das dezenas de escolas e subescolas representativas das inúmeras perspectivas teóricas e epistemológicas existentes na ciência econômica.

Quadro 2 – Características das escolas econômicas Clássica, Neoclássica, Marxista e Desenvolvimentista

Características	***Clássica***	***Neoclássica***	***Marxista***	***Desenvolvimentista***
A economia é composta de ...	Classes.	Indivíduos.	Classes.	Não há uma visão fixa, mas foca mais as classes.
Os indivíduos são ...	Egoístas e racionais (mas a racionalidade é definida em termos de classe).	Egoístas e racionais.	Egoístas e racionais, exceto quanto aos trabalhadores.	Não há uma visão fixa.
O mundo é ...	Certo (leis férreas).	Certo, com risco calculável.	Certo ("leis do movimento").	Incerto, mas sem uma visão fixa.
Área mais importante da economia	Produção.	Troca e consumo.	Produção.	Produção.
As economias mudam através de ...	Acumulação de capital (investimento).	Escolhas individuais.	Luta de classes, acumulação de capital e progresso tecnológico.	Desenvolvimento das capacidades produtivas.
Recomendações para a política monetária	Livre mercado.	Livre mercado ou intervencionismo, dependendo da visão do economista sobre as falhas do mercado e	Revolução socialista e planejamento central.	Proteções e intervenções governamentais temporárias.

		do governo.		

Fonte: Adaptado de Chang (2015).

Quadro 3 – Características das escolas econômicas Austríaca, Schumpeteriana, Keynesiana e Institucionalista

Características	***Austríaca***	***Schumpeteriana***	***Keynesiana***	***Institucionalista***
A economia é composta de ...	Indivíduos.	Não há uma visão particular.	Classes.	Indivíduos e instituições.
Os indivíduos são ...	Egoístas, mas com camadas (racionais apenas porque aceitam a tradição sem questionar).	Não há uma visão fixa, mas enfatiza-se o empreendedorismo não racional.	Não muito racionais, movidos pelos hábitos e instintos animais; ambíguos quanto ao egoísmo.	Organizados em camadas (instintos, hábitos, crenças e razão).
O mundo é ...	Complexo e incerto.	Não há uma visão fixa, mas complexo.	Incerto.	Complexo e incerto.
Área mais importante da economia	Troca.	Produção.	Ambígua, com apenas uma minoria dando atenção à produção.	Não há uma visão fixa, mas enfatiza mais a produção do que a Neoclássica.
As economias mudam através de ...	Escolhas individuais, mas enraizadas na tradição.	Inovação tecnológica.	Ambígua, depende do economista.	Interação entre indivíduos e instituições.
Recomendações para a política monetária	Livre mercado.	Ambígua: o capitalismo está fadado a se atrofiar de qualquer maneira.	Política fiscal ativa, redistribuição da renda para os pobres.	Ambígua, depende do economista.

Fonte: Adaptada de Chang (2015).

Todas essas escolas possuem seus próprios pressupostos teóricos e suas próprias formas de abordagem das problemáticas a serem enfrentadas e, pelo caráter social de seus objetos de pesquisa e mesmo de seus pesquisadores, cultivam seus próprios critérios de avaliação e validação de suas hipóteses e conclusões. Reinert (2008, p. 227) elucida a forma como há pelo menos 50 anos essas teorias vêm sendo usadas:

> Talvez nosso mais influente economista vivo, Paul Samuelson comentou há vários anos no *New York Times* que os economistas são oportunistas. Às segundas, quartas e sextas-feiras, eles podem trabalhar em um tipo de modelo, enquanto às terças e quintas-feiras eles podem trabalhar em modelos com premissas totalmente diferentes. Dada essa atitude, que rotulei anteriormente de 'malabarismo com premissas', certos projetos de pesquisa podem ser muito perigosos. As premissas usadas e as conclusões tiradas podem decorrer das exigências do próprio projeto. Isso, é claro, traz consigo a vantagem de poderem encontrar modelos econômicos que provam praticamente tudo. Um problema é que a escolha da teoria econômica a ser implementada nos países em desenvolvimento no final se torna uma simples questão de exercício de poder: quem pode manda. Uma vez que os economistas das melhores universidades da África ganham cerca de US$ 100 por mês, enquanto o Banco Mundial pode lhes oferecer US$ 300 por dia como pregadores da verdadeira

> fé, não deve ser surpresa que tão poucos economistas do mundo em desenvolvimento consigam fazer suas vozes de oposição serem ouvidas. Um pedido de verbas para pesquisa econômica fora da caixa de ferramentas teórica aceita obtém resultados igualmente previsíveis: é como se Martinho Lutero pedisse uma bolsa de pesquisa ao Vaticano. Uma ciência que aparentemente representa um bloco sólido de conhecimentos no final revela-se uma colcha de retalhos de várias teorias que podem ser usadas para 'provar' quase tudo.

Não era por acaso que Furtado (1997 *in* Santiago, 2017), referindo-se à pressão dos Estados Unidos contra o pensamento heterodoxo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), alertava para o descompromisso de jovens economistas latino-americanos em relação às teses *cepalinas*, com horizontes e preocupações limitados. Para o economista paraibano, estes jovens, "[...] formados nas universidades norte-americanas, sonhavam em buscar trabalho nos Estados Unidos, caso a Cepal não perdurasse".

Numa perspectiva mais contemporânea, convém apresentar um breve recorte do pensamento de Greenspan (2008) acerca do convencimento um tanto quanto arrogante contra visões teóricas distintas da corrente neoclássica que doura o liberalismo norte-americano, que parece estar acima do bem e do mal. Segundo ele, se não fosse o esforço das políticas de liberação dos mercados produtivos, a América Latina estaria em situação socioeconômica bem mais desfavorável. E isto foi possível graças a

> [...] um pequeno grupo de economistas que, decerto, têm credenciais para liderar a América Latina em nova direção. A lista inclui muitos formuladores de políticas de especial talento com cuja maioria tive a oportunidade de trabalhar, em períodos muito difíceis das décadas recentes: Pedro Aspe, Guilhermo Ortiz, José Argel Gurria e Francisco Gil Diaz, no México; Pedro Malan e Armínio Fraga, no Brasil; Domingo Cavallo, na Argentina, e outros. Muitos deles possuem graus avançados em economia, concedidos por prestigiosas universidades americanas. (Greenspan, 2008, p. 328).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A par do que foi descrito no decorrer deste artigo, acreditamos que já se pode apresentar um afunilamento de ideias oriundas de fontes diversas que corroboram as narrativas aqui apresentadas. A ideia central remete ao "falso sentido de universalidade", expressão tão a gosto de Raul Prebisch e de Celso Furtado, ainda nos anos 50 do século passado, dando conta do discurso hegemônico da teoria econômica gestada pelas faculdades de economia dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos, em perfeita consonância com o que predomina no *mainstream* econômico contemporâneo.

Segundo Furtado (1997 *apud* Santiago, 2017), já naquela época, a ortodoxia econômica neoclássica se esmerava em demarcar fórmulas que mantivessem o *status quo*, além de projetar uma falsa impressão de cientificidade, porque gestadas nas universidades estrangeiras de grande prestígio e tradição. Ao que tudo indica, tal situação permanece. Vale destacar um exemplo emblemático: a renhida luta de economistas heterodoxos cinquentistas para criar a Cepal. O eminente economista brasileiro narra, com precisão, toda a estratégia norte-americana para evitar a criação dessa agência de desenvolvimento e posteriormente para enfraquecê-la.

Sustentamos que a economia neoclássica, com a sua modelagem econométrica, tem servido para fundamentar o receituário neoliberal que rege as políticas econômicas da maioria dos paises, embora nunca tenha havido um momento que ela não estivesse sendo seriamente desafiada. Como atesta Ward (1975), a Econometria aplicada, mãe das modelagens, de forma misteriosa, tem arrancado resultados inesperados dos grandes volumes de dados. Ao buscar respostas à pergunta: "O que há de errado na economia", o autor acima referido atesta que a Economia neoclássica, embora pareça ter as características de uma ciência, fundamenta-se numa ideologia que, na prática, "[...] restringe o alcance dos problemas considerados e os procedimentos aplicados à solução de problemas, e apresenta desempenho científico muito mais no requinte do insumo intelectual do que na qualidade do produto" (Ward, 1975, p. 183). Ainda no entender deste autor, "a Economia neoclássica é insensata", porque, na melhor das hipóteses, os seus instrumentais só se aplicam ou tangenciam mudanças marginais no *status quo*, coincidindo com o ponto de vista de Furtado (2004), no sentido de que ela penderá muito mais para álgebra do que para dar conta da realidade socioeconômica, função precípua da economia como ciência social.

É perceptível a insatisfação crescente em universidades, institutos de pesquisas e até em instituições internacionais de desenvolvimento em relação ao credo ortodoxo e ao formalismo neoclássico. Ao comentar a faceta da economia como ciência social, Furtado (2004) nos interpela: "De que estamos falando realmente quando pensamos Economia?". Devemos abandonar a macroeconomia a exemplo do que fazem os americanos ao analisar a sociedade com a mesma racionalidade econômica com que se analisa uma empresa?

Pensamos que Ward (1975, p. 187) nos dá uma resposta interessante aos questionamentos de Furtado e de toda a contestação ao pensamento único neoclássico apresentado neste artigo: é preciso "[...] um pouco de paixão misturada com dedicação para compreender como o mundo funciona: esta é a fórmula cuja manifestação na ciência econômica temos que procurar".

REFERÊNCIAS

BASTOS, Remo. *No Profit Left Behind*: os efeitos da economia política global sobre a Educação básica pública. Tese (Doutorado em Educação Brasileira), Programa de Pós-Graduação em Educação, UFC, Fortaleza, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28494/3/2017_tese_rmbbastos.pdf. Acesso em: 2 dez. 2020.

BLAUG, Mark. Ugly currents in modern economics. *In*: MÄKI, Uskali; MAKI, Uskali (ed.). *Fact and fiction in economics*: models, realism and social construction. Cambridge: Cambridge University, 2002. p. 35-56.

BUTLER, Gavan *et al. Political economy now!*: the struggle for alternative economics at the University of Sydney. Sidney: Darlington, 2009.

CHAKRABORTTY, Aditya. The Econocracy review: how three students caused a global crisis in economics. *The Guardian*, London, 9 fev. 2017. Disponível em: https://www.theguardian.com/books/2017/feb/09/the-econocracy-review-joe-earle-cahal-moran-zach-ward-perkins. Acesso em: 6 set. 2020.

CHANG, Ha-Joon. *Economia*: modo de usar: um guia básico dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.

COMPSTON, Hugh. The network of global corporate control: implications for public policy. *Business and Politics*, Berkeley, n. 3, v. 15, p. 357-379, 2013.

EARLE, Joe *et al. Econocracy*. Manchester: Manchester University, 2016.

FAVEREAU, Olivier; ORLÉAN, André. *Pluralism Now!*. Paris: Association Française d´Économie Politique, 2015. Disponível em: http://assoeconomiepolitique.org/petition-pluralism-now/. Acesso em: 6 set. 2020.

FUKUYAMA, Francis. The end of history?. *The National Interest*, [*S.l.*], n. 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: https://kropfpolisci.com/exceptionalism.fukuyama.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, Campinas, n. 4, v. 24, p. 483-486, 2004.

GLATTFELDER, James. *Ownership networks and corporate control*: mapping economic power in a globalized world. 2010. Tese (Doutorado), ETH Zurich, 2010.

GREENSPAN, Alan. *A era da turbulência*: aventuras de um mundo novo. Rio de Janeiro: Elsevierf: Campus, 2008.

HODGSON, Geoffrey M. *et al*. Plea for a pluralistic and rigorous economics. *American Economic Review*, Pittsburgh, n. 2, v. 82, p. 25, 1992.

HUXLEY, Thomas H. *Biogenesis and abiogenesis (1870)*. Cambridge: Cambridge University, 2012.

INTERNATIONAL STUDENT INITIATIVE FOR PLURALISM IN ECONOMICS. *Isipe, 2 Years Later*, [*S.n.*], Isipe, 2016. Disponível em: http://www.isipe.net/two-years-later. Acesso em: 6 set. 2020.

OFFER, Avner; SÖDERBERG, Gabriel. *The Nobel factor*: the prize in economics, social democracy, and the market turn. Princeton: Princeton University, 2016.

OPEN letter from economics students to professors and others responsible for the teaching of this discipline. *Post-Autistic Economics Review*, n. 2, p. 1, [*S.l.*], 2000. Disponível em: http://www.paecon.net/paetexts/a-e-petition.htm. Acesso em: 21 set. 2020.

PARENTI, Michael. *Inventing reality*: the politics of news media. New York: St. Martin's, 1993.

REINERT, Erik S. *How rich countries got rich and why poor countries stay poor*. London: Constable, 2008.

REVISTA ISTOÉ. Entrevista com o brigadeiro Sérgio Ferola, intitulada "Verde-Amarelo". *Revista IstoÉ*, São Paulo, ed. 1605, 5 jul. 2000.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Na linha do tempo: a Cepal, a integração latino-americana e a reação permanente dos Estados Unidos, segundo Celso Furtado. *In*: ALAS, 31., 2017, Montevideo. *Anais* [...]. Montevideo, Alas, 2017.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Profecias de um combatente: recortes do pensamento recente de Celso Furtado. *In*: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião (org.). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: BNB, 2005. p. 168-169.

SCHUTZ, Eric A. Markets and power: the 21st century command economy. New York: ME Sharpe, 2001.

SUAREZ-VILLA, Luis. Corporate power, oligopolies, and the crisis of the state. Albany: State University of New York Press, 2014.

VITALI, Stefania *et al.* The post autistic economics review of global corporate control. *PloS One*, Berkeley, n. 10, v. 6, p. 25995, 2011.

WARD, Benjamin. *O que há de errado com a economia?*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. *In*: WILLIAMSON, John (ed.). *Latin American readjustment*: how much has happened. Washington, DC: Institute for International Economics, 1990. p. 7-20.